

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT04.003

EDUCAÇÃO E ESCOLA PARA O SOCIALISMO

ANDRÉ RANDAZZO ORTEGA

Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Viçosa – MG, andre.ortega@ufv.br.

JOANA D'ARC GERMANO HOLLERBACH

Doutora em educação pela Universidade Federal de São Carlos. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Federal de Viçosa – MG, joana.germano@ufv.br.

RESUMO

O presente ensaio tem por objetivo apresentar e defender aspectos de uma concepção de educação e escola sob o prisma da teoria marxista e do socialismo científico, tendo em vista não só o que a literatura defende como sendo o entendimento desses conceitos, mas também colocando proposições no sentido de fomentar a luta revolucionária da classe trabalhadora para a superação do sistema capitalista de produção. Para tanto, estabelecemos discussões sobre os conceitos de educação e escola, buscando suas complexidades. Em seguida, debatemos a respeito de contribuições teóricas e históricas, principalmente de Mészáros, Gramsci, Krupskaya e Pistrak, na perspectiva de fundamentação da educação e da escola para o socialismo. Apontamos para a necessidade de ruptura com a noção de educação e escola capitalistas burguesas e realizamos algumas considerações qualitativamente distintas destas, visando iniciar um debate tendo em perspectiva o compromisso de construção e efetivação da alternativa socialista.

Palavras-chave: Educação. Escola. Socialismo científico. Teoria marxista.

INTRODUÇÃO

Em grande medida a produção acadêmica sobre a educação no Brasil é caracterizada pela abordagem em uma perspectiva crítica, tratando de temas sensíveis como as questões socioeconômicas que impactam diretamente os processos educativos, a marca histórica do acesso à escola de maneira restrita e elitista, as fragilidades dos sistemas públicos de ensino que sofrem com problemas estruturais e subfinanciamento, a precarização da profissão docente, dentre outros.

É claro que refletir sobre esses temas é uma atividade de suma importância para começarmos a modificar a realidade, já que a compreensão dos problemas é condição essencial para a elaboração das soluções. Há de se destacar também a validade dessas investigações para o campo científico e para a ampliação de debates e perspectivas nas universidades e nas instituições escolares, permitindo aos sujeitos uma postura crítica ante suas próprias condições de atuação enquanto alunos, docentes, gestores, etc.

Não obstante, queremos pontuar nosso entendimento de que há espaço para outros tipos de reflexões, como, por exemplo, aquelas que se propõem a defender uma visão específica não só para a educação como um todo, mas também para as instituições escolares. Sendo assim, é nessa seara que o presente ensaio se enquadra. Nas próximas linhas, nosso objetivo é o de apresentar e defender aspectos de uma concepção de educação escolar sob o prisma da teoria marxista e do socialismo científico, tendo em vista não só o que a literatura defende como sendo o entendimento desses conceitos, mas também colocando proposições no sentido de fomentar a luta revolucionária da classe trabalhadora para a superação do sistema capitalista de produção e a construção de uma sociedade socialista, tarefa que tratamos com a necessidade de ser o objetivo maior de nosso tempo histórico.

COLOCANDO OS PINGOS NOS IS

Antes de mais nada, deixemos clara nossa posição. O sistema capitalista de produção, em todo o nexos indissociável que cria entre a infraestrutura e a superestrutura, representa a causa primeira de toda a desigualdade social, da alienação do

trabalho humano, da exploração de países ricos em detrimento de países pobres e da miséria à qual está condenada 1,3 bilhão de pessoas em todo o mundo¹.

Como dissemos na introdução, a superação do capitalismo e a luta pela efetivação da alternativa socialista deve ser o objetivo maior de nosso tempo e o compromisso em torno do qual devem se unir todos os trabalhadores do mundo, independentemente de suas nacionalidades, credos, raças e gêneros, pois o que os une, isto é, a condição de classe explorada e dominada que sustenta com seu trabalho a concentração de capital nas mãos da alta burguesia global, é muito maior do que os possa separar. Tal objetivo, como já Marx e Engels afirmaram no *Manifesto do Partido Comunista*, será alcançado através da ação revolucionária, que consistirá na tomada dos meios de produção de riqueza pelos trabalhadores e a eliminação da sociedade de classes (MARX; ENGELS, 2004). A burguesia, enquanto burguesia, deve deixar de existir, de mesmo modo que todas as instituições criadas sob seu domínio e direção, dando lugar à um modelo qualitativamente superior, o socialismo, uma sociedade verdadeiramente justa, solidária e empenhada na supressão de toda e qualquer forma de desigualdade e exploração (MARX; ENGELS, 2004).

Com efeito, mediante a concretização da vitória proletária na luta de classes, o ser humano conquistará sua plena emancipação. No entanto, a busca pela emancipação não só pode como deve começar ainda como parte do movimento de tomada de consciência da classe trabalhadora que antecede o próprio processo revolucionário. A partir das contradições inerentes ao sistema capitalista, há de tratar uma luta pela hegemonia e pela construção de uma filosofia de mundo própria do proletariado, condição *sine qua non* para o caminho até o socialismo, e é nesse aspecto que os conceitos sobre os quais versaremos aqui ganham relevância. Isto posto, começamos a tratá-los.

Quando nos referimos aos conceitos de educação e escola, sobre o que estamos falando especificamente? Esses termos parecem simples somente quando tomados com base no senso comum, uma vez que foram tratados em bases muito mais profundas por grandes pensadores da história contemporânea.

O conceito de educação que nos apropriamos está fundamentado na obra *Cadernos do cárcere*, de autoria do marxista italiano Antonio Gramsci. Segundo ele, a educação é um processo amplo que engloba a totalidade da vida dos indivíduos:

1 Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/10/1765812#:~:text=Os%20resultados%20apontam%20que%201,%2C%20C3%A1gua%20pot%C3%A1vel%2C%20entre%20outros>. Acesso em 08 jun. 2023.

“toda geração educa a nova geração, isto é, forma-a; a educação é uma luta contra os instintos ligados às funções biológicas elementares, uma luta contra a natureza, a fim de dominá-la e criar o homem atual à sua época” (GRAMSCI *apud* META, 2017, p.232).

Da citação, depreende-se que o que Gramsci entende por educação se refere à própria formação do indivíduo com ser social, o homem atual de sua época, introjetando valores, conhecimentos e saberes específicos da cultura produzida pela comunidade na qual ele está inserido. Trata-se, portanto, da conformação da criança, do adolescente e do adulto com o mundo ao seu redor, sendo a escola uma fração (obviamente com uma grande dose de relevância) de todo o percurso. Na perspectiva de Attilio Monasta (2010), justamente por isso é que Gramsci entende que os processos educativos estão disseminados em vários espaços, inclusive naqueles que não consideramos educacionais formais por excelência, como a igreja, a família e notadamente o trabalho.

Corroborando com a supramencionada perspectiva gramsciana sobre a educação estão as ideias do filósofo húngaro István Mészáros em seu livro *A educação para além do capital*. Mészáros converge para a mesma acepção de Gramsci sobre educação ao considerá-la como um processo de aprendizagem assim definido:

Na sua época, Paracelso estava absolutamente certo e não está menos certo atualmente: “A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; Ninguém passa dez horas sem nada aprender [...]. Considerando esse mais amplo e mais profundo significado da educação, que inclui de forma proeminente todos os momentos da nossa vida ativa, podemos concordar com Paracelso em que muita coisa é decidida, para o bem e para o mal - não apenas para nós próprios como indivíduos mas simultaneamente também para toda a humanidade - em todas aquelas inevitáveis horas que não podemos passar “sem aprender”. Isso porque a aprendizagem é, verdadeiramente, a nossa própria vida. (MÉSZÁROS, 2008, p. 47-49).

Pelo que se verificou dessas breves reflexões, deve compreender o leitor que ao nos referirmos ao conceito de educação, aludimos à sua noção mais abrangente, como uma relação entre gerações que conforma os indivíduos, introjeta normas e valores e que ocorre em todos os momentos, pois é a própria vida dos indivíduos. Feitas essas ponderações iniciais, passemos ao próximo conceito.

De que se trata a escola? Em síntese, a escola representa a educação institucionalizada, uma fração do processo da educação que é a totalidade da vida. Sobre essas linhas iniciais, não deve o leitor achar que minimizamos o papel da escola ou que o consideramos secundário, ao contrário, a bibliografia a partir da qual definimos esse conceito coloca as instituições escolares em um papel determinante para o contexto social.

Gramsci abre o debate sobre a escola ao situá-la, ao lado da educação, como parte do Estado Ampliado, assim definido nos *Cadernos*: “Por enquanto, pode-se fixar dois grandes planos superestruturais: o que pode ser chamado de ‘Sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da sociedade política ou Estado [...]” (GRAMSCI, 2022, p. 21).

Enquanto parte integrante do Estado Ampliado, as instituições escolares ocupam função estratégica, a saber, exercem papel na construção da hegemonia de classe em um determinado bloco histórico². É, pois, através do controle das instituições escolares que a classe dominante no capitalismo, a burguesia, potencializa a sua força diretiva em todo o conjunto social. Nisso reside uma das principais contribuições do pensamento gramsciano, a superação da dualidade escola-sociedade. De acordo com Paolo Nosella:

Gramsci marcou o pensamento pedagógico ultrapassando os limites conceituais da sociologia da educação tradicional, que entendia a educação como um reflexo da sociedade ou um instrumento que prepara os homens, técnicos, para entrarem na sociedade e, então, se tornarem políticos. Gramsci superou em raiz a dualidade escola-sociedade, “politicizou” a relação pedagógica e “educou” a relação de hegemonia (NOSELLA, 2013, p.51)

Com base na citação, entendemos que para Gramsci a escola não pode ser compreendida a partir de uma visão idealista que insiste em tratá-la como um mundo à parte descolado das condições materiais de produção da existência no conjunto da sociedade. Sob esse prisma, elas seriam imunes às consequências das desigualdades econômicas, da exploração do trabalho e capazes, por seus próprios meios, de garantir oportunidades iguais para todos. Acepções dessa natureza, que como vimos se mostram falaciosas quando postas à crítica gramsciana, continuam

2 Gramsci utiliza o conceito de bloco histórico a partir dos escritos de Georges Sorel. Por uma definição, “o bloco histórico é uma unidade dialética entre as forças produtivas, relações de produção e a superestrutura jurídico-político num dado momento histórico” (GALASTRI, 2013, p. 82).

a sustentar a posição hegemônica burguesa no *locus* de disputa que é o Estado Ampliado.

Para aprofundar essas reflexões, devemos resgatar mais um conceito gramsciano, o de intelectuais orgânicos. Nos *Cadernos*, Gramsci apresenta os intelectuais orgânicos nos seguintes termos:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador da nova cultura, de um novo direito, etc., etc (GRAMSCI, 2022, p. 15)

Como se observa da citação, Gramsci considera os intelectuais orgânicos como instrumentos de classe, e não como uma classe em si. A partir de seus conhecimentos sistematizados, esses intelectuais são capazes de intervir na prática social, atuando inclusive em funções educativas de conformação dos indivíduos às condições sociais vigentes:

Os intelectuais são os prepostos do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa da sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2022, p. 21).

Para compreendermos melhor o exposto, vamos refletir sobre um exemplo simples. Em 2017, atendendo às pressões das elites do mercado financeiro, do setor industrial e também de organismos internacionais, o governo brasileiro aprovou uma série de mudanças na legislação trabalhista através da Lei nº 13.467/2017, flexibilizando regras e diretos e diminuindo a intervenção do Estado nas relações capital-trabalho. A lei, alinhada às tendências do atual estágio de desenvolvimento

do capitalismo, atendia aos interesses dos grupos dominantes e dirigentes e prejudicava os trabalhadores, inclusive enfraquecendo a mobilização dos sindicatos ao retirar a contribuição obrigatória. Para gerar um consenso entre as massas, os intelectuais orgânicos da burguesia (economistas, analistas, consultores financeiros, cientistas políticos) entraram em ação com sucessivas inserções nos noticiários defendendo a validade das mudanças na legislação trabalhista, que segundo eles estava ultrapassada. Nesse cenário, a flexibilização dos direitos era necessária para gerar mais vagas de emprego, uma lógica que pode ser traduzida na expressão “todos os direitos e desemprego, ou menos direitos e emprego”³.

Já a diminuição do papel do Estado nas relações capital-trabalho era a promessa do fim dos encargos que, conforme esses intelectuais, pesavam contra os valores dos salários e atrapalhavam a autorregulação do mercado. Mediante esse processo, verifica-se a importância da ação dos intelectuais orgânicos e a natureza política e educativa de direção da função que eles cumprem. No caso supramencionado, os economistas, analistas, consultores, enfim, os intelectuais orgânicos da burguesia, participaram de maneira decisiva da criação de um consenso nas classes subalternas para a aceitação da nova lei trabalhista.

Pode se questionar o leitor sobre a relação da discussão sobre a escola e a necessidade das ponderações gramscianas sobre os intelectuais. Para fazermos a conexão de forma direta, basta compreendermos que são as instituições escolares que em diferentes graus de especialização, formam os intelectuais orgânicos. Em suas reflexões sobre a educação na Itália do início do século XX sob as reformas do ministro fascista Giovanni Gentile, Gramsci aponta para o fato de que a distribuição das escolas de diferentes níveis define o tipo de intelectual que se forma: para os trabalhadores era dada uma formação precária e fragmentada que não possibilitava a atuação enquanto intelectuais orgânicos de sua classe, enquanto para as classes dominantes era oferecida uma formação ampla, própria daqueles que, na vida adulta, exerceriam funções políticas de direção (GRAMSCI, 2022).

À luz do que foi discutido até aqui, cumprimos uma primeira tarefa do presente ensaio, a saber, a de situar o leitor nos conceitos de educação e escola, que, por mais simples que pareçam sob a ótica do senso comum, guardam complexidades. A educação é, pois, um processo amplo, a totalidade da vida, e a escola, por

3 Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/12/04/bolsonaro-trabalhador-tera-de-escolher-entre-mais-direitos-ou-emprego.ghtml>. Acesso em 30 jan. 2023.

seu turno, uma fração desse processo, a educação institucionalizada. Com efeito, escola e educação não são dimensões separadas uma da outra, pois influenciam-se mutuamente. Ambas fazem parte da superestrutura que Gramsci denominou Estado Ampliado, e caracterizam-se como espaços de disputas por hegemonia.

SOBRE A EDUCAÇÃO PARA O SOCIALISMO

Em vista do que foi discutido anteriormente, qual deve ser o papel da educação para o socialismo? Mézáros contribui com elaborações dessa natureza ao colocar a sua importância na “transformação socialista plenamente sustentável” (MÉSZÁROS, 2008, p. 79) dada a necessidade de se combater o que o autor chama de doutrinação permanente da sociedade capitalista, que promove a internalização de determinados valores que a todos mas que, em última instância, atendem aos interesses de manutenção e reprodução do capital. Diz-nos o autor:

As condições reais da vida cotidiana foram plenamente dominadas pelo *ethos* capitalista sujeitando os indivíduos - como uma questão de dominação estruturalmente assegurada - ao imperativo de ajustar suas aspirações de maneira conforme, ainda que não pudesse fugir à áspera situação da escravidão assalariada. Assim, o “capitalismo avançado” pôde seguramente ordenar seus negócios de modo a limitar o período da educação institucionalizada em uns poucos anos economicamente convenientes da vida dos indivíduos e mesmo fazê-lo de maneira discriminatória e elitista. As determinações estruturais objetivas da “normalidade” da vida cotidiana capitalista realizaram com êxito o restante, a “educação” *contínua* das pessoas no espírito de tomar como dado o *ethos* social dominante, internalizando “consensualmente”, com isso, a proclamada inalterabilidade da ordem natural estabelecida (MÉSZÁROS, 2008, p.80-81).

Em resposta à dominação das condições reais da vida cotidiana pelo *ethos* capitalista, as mudanças qualitativas da educação sob a perspectiva socialista devem romper com a ideia da inalterabilidade do sistema, desvelando que, por trás de tais ideias, há uma burguesia e um Estado capitalista atuando em prol de interesses próprios, opostos aos dos trabalhadores e desmistificando as relações sociais e de produção enquanto realidades dadas e estabelecidas naturalmente. Assim sendo, o ambiente de trabalho, o sindicato, as praças, as sedes dos movimentos sociais, os diretórios dos partidos políticos, enfim, todos os espaços possíveis nos quais os

trabalhadores possam se reunir para debater, estudar e refletir sobre a sua própria condição, se tornam focos de resistência, pois se, como dissemos anteriormente, os processos educativos estão disseminados, as possibilidades de enfrentamento à doutrinação capitalista também estão. Para usar uma expressão do jargão popular, é um “trabalho de formiguinha”, que envolve esforço significativo de mobilização e perseverança, mas que não pode e nem deve esperar pelo “momento”. Como nos ensina Mészáros (2008), ao refletir sobre o exemplo da educação cubana pós-revolução de 1959, as mudanças têm que ter vez aqui e agora se quisermos realmente construir uma alternativa socialista sustentável.

Outro ponto a se destacar é que a educação para o socialismo deve possibilitar a transcendência positiva da autoalienação do trabalho (MÉSZÁROS, 2008), de modo a recuperar a categoria trabalho como atividade humana de produção da existência material e intercâmbio com a natureza e, portanto, bem inalienável de todos os indivíduos e parte da essência destes enquanto seres sociais. Tal resgate, primordial para o enfrentamento ao sistema capitalista de produção desde os primeiros escritos de Marx e Engels, opõe-se à noção reducionista do trabalho assalariado (muitas vezes sinônimo de emprego ou profissão) que nada mais é do que uma forma de trabalho estranhado, explorado, no qual o bem produzido não pertence a quem o produziu (MARX, 2010).

Para falarmos em termos mais assertivos, vamos tratar sobre dois exemplos de ações que estão em curso e uma sugestão envolvendo a educação para o socialismo. O primeiro exemplo leva em conta uma experiência local que consiste em reuniões e cursos ministrados na sede do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em Sorocaba, cidade do interior de São Paulo na qual reside o autor do presente ensaio. Em pouco mais de um ano, membros dos quadros do partido, lideranças regionais e professores convidados ministraram aulas sobre história do Brasil, formação política e feminismo. Foram discutidos autores como Heleieth Saffioti, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior. Os encontros foram frequentados por homens e mulheres de todas as idades e níveis de escolaridade, e se mostraram profícuos ao estimular os presentes a compreender de maneira crítica sobre problemas cotidianos como violência, desigualdade social, racismo, misoginia, entre outros⁴.

4 Para acessar registros dos encontros, acessar a página do PSOL - Sorocaba na rede social **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/psolsorocaba>. Acesso em 28 dez. 2022.

Já o segundo exemplo possui abrangência nacional, e está no projeto de criação dos Centros Socialistas, idealizado pelo professor de filosofia e direito da Universidade de São Paulo (USP) Alysson Mascaro. Em carta aberta endereçada ao deputado federal do PSOL do Rio de Janeiro Glauber Braga e publicada no *blog* da editora Boitempo, Mascaro ressalta a urgência de se travar uma batalha ideológica contra o capitalismo e iniciar o processo de preparação das massas para a transformação social. Ante a necessidade de se cumprir essa tarefa, diz o filósofo: “Ao assim se nomear, o Centro Socialista expressa o eixo principal de toda a luta ideológica. A nomeação é a única possibilidade de instaurar, de modo material e consequente, o sentido verdadeiro e científico da luta pela superação do capitalismo” (MASCARO, 2021, s.p.).

Prosseguindo, Mascaro aponta para o fato de que os Centros Socialistas devem pautar suas atividades com base no estudo e na ação, orientando intervenções concretas na realidade na qual decorre a luta de classes. O jurista reconhece os vários desafios inerentes à organização dos Centros Socialistas, mas defende que a importância e o valor dessa experiência devem ser os motivadores da resistência em torno deles (MASCARO, 2021).

Por fim, para falar de uma sugestão, destacamos aqui as possibilidades abertas com os novos meios de comunicação, notadamente as plataformas digitais de compartilhamento de conteúdo. Muitos têm utilizado essas plataformas como ferramentas para atingir uma parcela do público que não mais acompanha as mídias tradicionais (televisão, rádio e jornal) e anseia por uma linguagem direta e atrativa. O uso desse tipo de linguagem aliado aos recursos possíveis e disponíveis pode ajudar na criação de conteúdos em prol da batalha ideológica da educação para o socialismo. É claro que devemos considerar o fato de que nem o acesso às redes ou aos aparelhos eletrônicos é universal, e que milhões entre a classe trabalhadora não podem ser atingidos dessa forma, ao menos não diretamente, mas levar em conta as vastas opções que as plataformas digitais disponibilizam é abrir uma nova frente de embate e, portanto, mais uma peça na busca de nosso objetivo.

Com relação aos materiais e conteúdos, eles podem funcionar tanto no sentido da divulgação científica, o que torna imperiosa a tarefa da comunidade acadêmica se conectar com as massas e tornar cada vez mais acessível e didático os resultados de suas pesquisas, mas devem, acima de tudo, oferecer um “convite à reflexão”, abordando temas corriqueiros e naturalizados no dia-a-dia, e portanto facilmente identificáveis pelos trabalhadores, para que possam, num primeiro

momento, tomar consciência das formas de exploração e dominação capitalistas e, posteriormente, adotar perspectivas de mobilização social.

As reflexões até aqui realizadas não esgotam as possibilidades de construção da educação para o socialismo que, como já dissemos, são muitas. Também são diversos os desafios que devem ser enfrentados durante todo esse processo, mas compreendemos que eles devem ser encarados como barreiras a serem superadas pelo esforço coletivo e não como fatores impeditivos na busca de nosso objetivo. Ante esse cenário, todos aqueles que também defendem a mudança qualitativa na educação devem ter em seus horizontes que a tarefa não é a de reformar a educação capitalista, mas sim a de romper com ela.

SOBRE A ESCOLA PARA O SOCIALISMO

Nossa exposição sobre a escola para o socialismo se pauta em perspectivas teóricas, como a escola unitária de Gramsci, e também no valor histórico da experiência de construção da pedagogia e da escola na União Soviética (URSS) nos primeiros anos pós-revolução russa de 1917, tendo em Nadezhda Krupskaya e Moisey Pistrak dois de seus principais expoentes.

De partida, há de se destacar que, do mesmo modo que a educação, não há reforma possível para a escola capitalista. Segundo Mészáros:

A educação institucionalizada [escola], especialmente nos últimos 150 anos, serviu - no seu todo - ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade [...] (MÉSZÁROS, 2008, p. 35, grifo do autor).

Sob os termos do filósofo, depreende-se que o funcionamento da escola capitalista serve a dois grandes propósitos: 1) formar os quadros técnicos necessários à produção; 2) transmitir valores que legitimam o sistema capitalista. Logo, levando em conta os objetivos aqui propugnados, está claro para nós que os intentos da escola capitalista não servem à classe trabalhadora e que não há alternativa possível que não a substituição desse modelo por outro qualitativamente diferente.

Como destacamos na seção 2 do presente ensaio, Gramsci coloca a escola no cerne das lutas travadas pela hegemonia. Segundo o pensador sardo, o processo

de emancipação da classe trabalhadora deve começar a partir dos embates que têm espaço no Estado Ampliado, cabendo aos seus intelectuais agirem como construtores de uma consciência e de uma filosofia de mundo próprias. No entanto, a questão que se coloca como o grande desafio reside justamente na formação desses intelectuais.

Dispondo dos meios para assegurar as relações de dominação, a burguesia dita, em linhas gerais, o funcionamento das instituições escolares de modo a forjar os diferentes tipos de intelectuais de que necessita. Além disso, dispõe, também, de intelectuais que atuam para estruturar uma concepção burguesa de educação e concretizá-la através de políticas públicas de envergadura, capazes alterar significativamente a realidade de gestores, docentes e educandos.

Ao promover um ensino desigual e elitizado, a classe dominante objetiva garantir os meios de sustentação de sua hegemonia, dificultando a constituição de intelectuais da classe trabalhadora através de um de uma formação fragmentada e precária, muitas vezes voltada para a profissionalização precoce para alocação em um emprego. Como Gramsci nos alerta, as massas, com essa formação deficitária, deixam de desempenhar funções intelectuais, pois mesmo no trabalho manual mais simples requer o trabalho intelectual. Com efeito, não há atividade humana prática que possa prescindir da teoria. A questão que se coloca é que sob esses termos a imensa parte dos trabalhadores não exercerá o papel de intelectual na sociedade, pois não foi para isso preparada. Sem seus próprios intelectuais, os trabalhadores estarão em desvantagem na luta pela hegemonia.

Ante o exposto, o que se põe como tarefa da escola para o socialismo é a de buscar os meios para a formação de intelectuais da classe trabalhadora. Como aponta Galastri (2013), estudioso da obra de Gramsci, a consecução desse processo pode induzir a cisão no bloco histórico capitalista e abrir caminho para a transição, uma vez que o bloco não é um dado natural, mas uma construção histórica aberta à transformação e ação. Aqui, a escola e a educação para o socialismo devem juntas desempenhar a função de desmistificação do *status quo* capitalista, da autoalienação do trabalho e quaisquer outras ideologias burguesas. A partir da crítica, as classes subalternas podem, como um passo seguinte, construir uma visão de mundo própria, garantir sua autonomia intelectual e orientar sua ação política (GALASTRI, 2013).

É certo que essas ponderações sobre a formação dos intelectuais da classe trabalhadora estão na base da grande proposição gramsciana para a organização

da escola, a escola unitária, uma das mais importantes fontes das quais a escola para o socialismo pode beber.

A primeira formulação sobre a escola unitária nos *Cadernos* aparece no Caderno 12, em meio à discussão sobre a crise da escola italiana diante da emergência e consolidação da grande indústria. Diz-nos o pensador, em seu esforço inicial de definição, que se trata de uma:

“[...] escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual” (GRAMSCI, 2022, p.34).

Nota-se, desse primeiro trecho, que Gramsci está atento a uma questão que, como já dissemos, está na pauta primária da escola para o socialismo, o desenvolvimento das capacidades de trabalho manual e intelectual dos educandos, ou seja, sua formação integral. Sobre essa questão, já Marx guardou suas contribuições. Para um dos pais do socialismo científico, a questão da formação que contemple todas as capacidades dos indivíduos, é o caminho pelo qual se constitui a politecnia, isto é, a formação intelectual, corporal e tecnológica (MARX; ENGELS, 2011). Assim sendo, é possível compreender que esse certame está no cerne da crítica marxista à sociedade capitalista burguesa. No entanto, nos parece claro que com a concepção da escola unitária gramsciana, esse debate toma ainda mais fôlego.

Para o marxista italiano, “O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda vida social” (GRAMSCI, 2022, p.41). Da menção de Gramsci, temos por certo que jamais se deve restringir a formação de crianças e jovens à mera aprendizagem dos aspectos técnicos que envolvem os diversos ramos da produção e do trabalho, ao contrário, ela deve ser ampliada substancialmente no sentido de abarcar também a compreensão do papel que o trabalhador ocupa na produção, as formas de organização, planejamento e funcionamento desta, as condições de vida das classes subalternas, os meios de luta e resistência de que dispõem mesmo sob o jugo do Estado capitalista, enfim, toda sorte de estudos que possibilitam a formação dos intelectuais da classe trabalhadora.

Na escola unitária, o trabalho é tomado como um princípio educativo, ou seja, o objetivo geral a que se propugna considerar as relações que os seres sociais constituem entre si e também com a natureza (NOSELLA, 2013). Nela, a união entre

teoria e prática é indelével, pois a escola está em íntima relação com a sociedade (em todos os seus aspectos) e sob essa premissa deve se estruturar. Do contrário, correremos o risco de recair na visão idealista da escola e suas fraseologias (que a escola é imune às desigualdades econômicas, à exploração do trabalho e capaz de, por seus próprios meios, aplacar tais questões e garantir oportunidades iguais para todos) que tanto interessam à continuidade da hegemonia burguesa e com as quais devemos romper tanto antes quanto for possível.

Um último aspecto digno de nota para a reflexão ora travada é o caráter essencialmente público da escola unitária, questão abordada por Gramsci nas palavras seguintes:

A escola unitária requer que o Estado possa assumir despesas que hoje estão a cargo da família no que toca à manutenção dos escolares, isto é, requer que seja completamente transformado o orçamento do ministério da educação nacional, ampliando-o enormemente e tornando-o mais complexo: a inteira função de educação e formação das novas gerações deixa de ser privada e torna-se pública, pois somente assim ela pode abarcar todas as gerações, sem divisão de grupos ou castas (GRAMSCI, 2022, p. 37).

A respeito desse prospecto, não há outra alternativa para a escola para o socialismo que não seja ser pública e gratuita, com o Estado como ente responsável pela manutenção e provimento da instituição em si e também dos educandos, atendendo todas as suas necessidades e garantindo acesso e permanência. Há de se destacar o fato de que aqui há um caminho pavimentado que já pode ser trilhado, pois os Estados burgueses mais desenvolvidos (ou aqueles em via de desenvolvimento, como é o caso do Brasil) já buscam assegurar a oferta de um sistema público de ensino. Cabe, então, que cada vez mais sejam pressionados quanto ao destino de recursos suficientes e à promoção das garantias de acesso e permanência dos educandos. Entre as miríades de contradições presentes no sistema capitalista, essa é, sem dúvida, uma das mais valiosas a ser explorada na luta da classe trabalhadora pela hegemonia.

As ponderações até aqui registradas sobre a escola unitária não esgotam a profundidade da discussão da obra gramsciana, servindo apenas como pontos de apoio para o objetivo o qual nos propomos no presente ensaio⁵. Dessas poucas

5 NOSELLA, Paolo. **A Escola de Gramsci**. 4 ed. São Paulo, SP: Cortez editora, 2010.

notas, podemos concluir que uma concepção de escola para o socialismo deve reconhecer em Gramsci uma fonte rica e profícua para suas formulações. Não obstante, como dissemos no início da presente seção, o debate aqui estabelecido deve voltar suas atenções também aos valores do passado histórico, notadamente os anos do pós-revolução russa de outubro de 1917, época na qual se debateu firmemente a respeito de diversos temas, e em diferentes níveis, sobre como estruturar a escola na sociedade soviética.

Sem dúvidas, a revolução de outubro de 1917 inaugurou um contexto único no qual uma nação socialista começou a ser construída do início. Como nos dá conta o historiador Eric Hobsbawm (1995) os primeiros anos da Rússia Soviética foram uma verdadeira luta pela sobrevivência. Tendo de arcar com as desastrosas consequências da 1ª Guerra Mundial (1914-1918) e lidar com o movimento contrarrevolucionário dos “russos brancos” que empurrou o país para uma Guerra civil (1918-1920), as lideranças bolcheviques ainda nutriam a expectativa de que o ardor revolucionário tomasse conta dos países europeus, inclusive as grandes potências (Inglaterra, França, Alemanha), o que, com efeito, não correu (HOBSBWM, 1995).

Ante esse cenário de desolação e pobreza generalizada, a Rússia, que nem mesmo figurava na primeira prateleira das nações mais industrializadas da Europa, viu-se diante de uma rara e desafiadora oportunidade: estruturar, desde a fundação, um sistema de educação totalmente distinto do viés capitalista de acordo com os objetivos da sociedade que a revolução visava construir.

Krupskaya e Pistrak foram dois nomes destacados em todo o processo de elaboração da pedagogia e da concepção de escola na URSS. A primeira foi voz ativa no Comissariado do Povo para a Educação (Narkompros), instituído pelo Comitê Central do Partido Comunista Soviético (PCS) ainda em 1917. Já o segundo teve sua obra escrita em grande medida a partir da experiência de direção de uma Escola-Comuna, ação pioneira na construção do novo sistema educacional soviético. Sobre esses e outros educadores, nos diz Freitas (2017):

N. K. Krupskaya, A.V. Lunacharsky e P. N. Lepeshinsky, secundados por M. M. Pistrak e V. N. Shulgin, entre outros, deram a tônica das concepções e práticas esperadas pelas mudanças educacionais deste período. Embora com diferenças de ênfase, esse grupo compartilhava a ideia de que a educação era fundamental na construção de uma nova sociedade sem classes, propondo, nas palavras de Krupskaya, que o magistério criasse, pela sua prática, uma nova escola destinada a formar lutadores e construtores deste futuro aberto pela revolução russa (p.18).

Observa-se, portanto, que para os autores que aqui serão trabalhados, foi delegada à escola a função de forjar uma juventude pronta a trilhar o caminho aberto pela revolução.

As primeiras proclamações a respeito da escola soviética (referida nos documentos da época e nos dizeres dos autores ora estudados como Escola Única do Trabalho, termo que ocasionalmente utilizaremos) dão conta do seu caráter plenamente secular, gratuito, geral obrigatório e politécnico (KRUPSKAYA, 2017). Também está na base da proposta a responsabilidade do Estado sobre os custos de construção e implementação das escolas, material escolar e vestimentas dos educandos (COMITÊ, 2017). Outro ponto de interesse para nossa discussão é a organização do ensino em dois ciclos (1º e 2º graus) que abrange até os 17 anos. Se considerarmos que essa discussão estava sendo travada em 1918, em meio à guerra, o feito representado pelas proposições sobre a escola soviética se tornam ainda mais relevantes, pois enquanto que em países capitalistas periféricos como o Brasil sequer havia um sistema educacional primário de ensino público⁶, a Rússia pós-revolucionária, longe de dispor de recursos abundantes, buscava consolidar uma educação pública universal até o fim da adolescência. Aqui podemos considerar que a diferença entre o que se propõe a escola socialista e a escola capitalista não de mera aparência, é de premissa.

Krupskaya aponta para a necessidade de se romper com o caráter de classe da escola burguesa, o que só será possível se a própria finalidade da escola for alterada:

A população está interessada em uma escola fundamental, média e superior tenha uma finalidade comum: formar pessoas desenvolvidas multilateralmente com predisposições sociais conscientes e organizadas, que tenham uma visão de mundo reflexiva, integral e que claramente entendam tudo o que está acontecendo ao seu redor na natureza e na vida social (KRUPSKAYA, 2017. p.70).

6 Conforme Saviani (2013) e Romanelli (2014), na época mencionada, o Brasil passava por reformas escolares de iniciativa de alguns governos estaduais, tais como o de São Paulo, a partir da criação dos Grupos Escolares. As ações, no entanto, não se expandiram a ponto de massificar o acesso ao ensino escolar para toda a população, nem mesmo ocorreram de maneira unificada, sendo marcadas por uma ampla desigualdade em sua implementação. Na década de 1920, 70% da população brasileira era analfabeta.

Uma vez colocados no horizonte esses objetivos, pode-se começar a desconstruir algumas das falácias da escola de classes e também da própria sociedade burguesa, o que, como já mencionamos, deve ser o papel da educação e da escola para o socialismo. Nessa seara, Pistrak irá caracterizar uma pedagogia marxista, empenhada na preparação de novos sujeitos envolvidos na tarefa de construção de uma nova sociedade (PISTRAK, 2018).

Segundo o pedagogo soviético, a pedagogia marxista é uma “teoria *sociopedagógica* ligada às questões de desenvolvimento das relações sociais atuais, iluminadas pelo marxismo” (PISTRAK, 2018, p.30, grifo do autor). Observa-se, portanto, que por suas próprias formulações, a teoria sociopedagógica marxista reconhece a escola em suas relações com a sociedade e a política, conectando-se, assim, com a concepção gramsciana, já mencionada.

Sob o prisma apresentado, encontramos em Krupskaya e Pistrak algumas reflexões sobre os pormenores do que deve ser ensinado na Escola Única do Trabalho. Enquanto que a revolucionária fala do estímulo ao senso crítico, que deve ser trabalhado notadamente na estinada aos adolescentes, o diretor da Escola-Comuna menciona a necessária ligação do ensino com a atualidade. Para desenvolver o assunto, acreditamos que o diálogo entre os autores é a forma mais adequada.

Nos escritos de Krupskaya, a questão é abordada levando-se em conta que na adolescência o “pensamento crítico funciona de forma particularmente forte” (KRUPSKAYA, 2017, p.74). Segundo a pensadora, essa é uma etapa crucial na formação da visão de mundo do indivíduo, na qual se deve levar em conta que o jovem comunista

[...] deve ainda *saber* muito. Em primeiro lugar, ele deve compreender o que está acontecendo em sua volta, ele deve entender o mecanismo do sistema existente [...]. O comunista deve também estudar as leis de desenvolvimento da sociedade humana. Ele deve conhecer a história do desenvolvimento das forças econômicas, o desenvolvimento da propriedade, a divisão em classes, o desenvolvimento das formas de Estado. Ele precisa entender a sua interdependência, saber como, a partir de uma determinada ordem social, crescem os pontos de vista religiosos e morais (KRUPSKAYA, 2017, p.91).

Em sentido complementar às afirmações de Krupskaya, Pistrak (2018) sistematiza uma correlação estudo-atualidade, ou seja, a necessária reflexão, profunda e

sistemática, daquilo que na ordem do dia deve ser compreendido, como uma espécie de realidade posta na qual o estudo deve penetrar e dominar. Aplicando essa perspectiva como uma proposta válida para a escola para o socialismo, tendo em vista o século XXI, os estudos devem se voltar para a compreensão do capitalismo no seu atual estágio de desenvolvimento, entendendo a lógica representada pelo ideário neoliberal de redução do papel do Estado na economia e a automatização e internacionalização da produção sob a égide do modelo Toyotista empregado após a terceira revolução industrial. Os educandos devem também investigar sobre o significado do novo modelo de acumulação flexível de capital, a pressão feita sobre os direitos trabalhistas, que têm conduzido à precarização de todas as formas de trabalho assalariado, as tentativas de desmobilização da classe trabalhadora, a ideologia de consumo, que tem custado caro ao planeta nas questões ambientais, ou, ainda, as reais determinações da concentração de riquezas duas vezes maior entre o 1% mais ricos que os 60% mais pobres em todo o mundo⁷. É claro que essas questões são apenas provocações que não podemos aprofundar no presente momento, mas que representam algumas das possibilidades plausíveis de se garantir aquilo que já Krupskaya e Pistrak propuseram.

Ainda assim, não obstante a relevância do que já foi debatido, tudo o que diz respeito às propostas que foram elaboradas para a escola soviética está embasado pelo princípio do trabalho (como até mesmo uma de suas denominações nos dá a entender, Escola Única do Trabalho). Pistrak (2018) advoga que o trabalho é um elemento social e socioeducativo que deve permear toda a escola, e alerta para os desafios que se colocam para este sempre esteja em conexão com a vida, não podendo ser tratado de maneira isolada:

O trabalho é parte da relação da escola com a atualidade, e nesta base o trabalho educativo e o ensino desenvolvem-se como um todo único e inseparável. A questão fundamental da escola não é uma relação mecânica entre o trabalho e a ciência (ou como se pensa, entre trabalho e ensino), mas tornar ambos partes orgânicas da escola, isto é, da vida social das crianças (PISTRAK, 2018, p.68).

Acreditamos que a escola para o socialismo deve colocar o trabalho como um de seus pilares, compreendido em suas relações com a vida dos educandos, com a

7 Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/19/1percent-mais-ricos-do-mundo-detem-mais-do-dobro-de-69-bilhoes-de-pessoas-aponta-ong.ghtml>. Acesso em 09 jan. 2023.

ciência e o estudo da sociedade como um todo. No entanto, não devemos confundir a noção de formação centrada no trabalho aqui fundamentada com aquilo que sob termos análogos está descrito na legislação sobre a escola burguesa. Vamos nos ater brevemente a esse assunto tomando algumas leis brasileiras como exemplo.

A Constituição brasileira coloca em seu art. 205 que a qualificação para o trabalho é um dos objetivos da educação nacional (BRASIL, 1988). O mesmo faz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), avançando em direção ao aprofundamento da questão ao definir a “vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (BRASIL, 1996, s.p.) e ao desdobrá-la mais firmemente quando se refere ao Ensino Médio, como expresso no inciso II e no parágrafo 4º do art. 35 (BRASIL, 1996). O ápice da discussão, no entanto, se dá quando a lei dispõe sobre a educação profissional articulada ao Ensino Médio, na seção IV-A. Nos artigos, está descrito que a formação profissional envolve preparação geral para o trabalho e também a habilitação profissional. Sob esses termos, está claro que a habilitação profissional oferece uma formação para que o educando do Ensino Médio obtenha um emprego. A esse respeito, cabe deixarmos claro que a formação para conseguir um emprego, como ditada pelas leis educacionais brasileiras, não está de acordo com a visão do trabalho como princípio educativo, de Gramsci, ou do trabalho como pilar da escola, como em Pistrak, e, portanto, também em desacordo com a visão que defendemos neste ensaio. Isso se deve basicamente por alguns motivos.

Em primeiro lugar porque à semelhança da divisão entre as diferentes unidades escolares na Itália da década de 1920, em que aos filhos da elite era oferecida uma formação de ampla base humanista e para os filhos das classes subalternas era relegada uma formação precária para alocação em um emprego, o ensino profissionalizante no Brasil se constituiu a partir da categoria da dualidade estrutural. Segundo Kuenzer (2017), a divisão histórica da formação escolar, desde os primórdios da organização do sistema educacional do país nas décadas de 1930 e 1940 consiste na formação profissional de nível médio para os mais pobres e o ensino propedêutico para os mais ricos, que dão prosseguimento nos estudos no Ensino Superior. Há, portanto, uma total oposição entre o que a escola burguesa entende e pratica no sentido de formar para o trabalho e o caráter único e sem classes da escola para o socialismo.

Segundamente, temos de compreender que apesar da semelhança do uso da grafia dos termos empregados para a escola capitalista e para a proposta socialista,

há nesta última uma diferença qualitativa, isso porque a noção de profissionalização estabelecida pela primeira leva em conta a visão reducionista do trabalho assalariado, e, portanto, alienado, sinônimo de emprego ou profissão. Para nós e para os autores sobre os quais nos debruçamos, como já foi exposto, o trabalho é uma relação entre o ser humano e a natureza, processo no qual se constroem a sociedade e o ser social, e, portanto, bem inalienável de todos. Por adotar essa visão abrangente sobre o trabalho, a escola para o socialismo deve rejeitar por completo qualquer forma de profissionalização precoce, pois a formação escolar não deve se restringir ao aprendizado de aspectos técnicos de um ofício. Essa perspectiva encontra respaldo nos escritos de Krupskaya (2017), uma vez que a educadora, ao lado de Lenin e de outros membros do Narkompros, opôs-se ao desejo de um grupo de sindicalistas em impor o ensino profissionalizante na Rússia soviética, argumentando que a escola deveria primar pela formação integral politécnica.

Isto posto, temos terceiramente, e por fim, que a escola centrada no trabalho que aqui defendemos deve cumprir a função de tomada de consciência da classe trabalhadora na superação do sistema capitalista, tendo em vista, para além do que já foi discutido, uma forte noção de coletividade, que deve ser criada através da autodireção dos estudantes sobre a vida escolar. Na perspectiva de Pistrak (2018), a autodireção é a diretriz para guiar as novas gerações na construção da nova sociedade soviética, uma vez que desenvolve determinadas habilidades: “1) habilidade de trabalhar coletivamente - habilidade de encontrar seu lugar no coletivo; 2) capacidade de abarcar organizadamente cada tarefa; 3) capacidade para criatividade organizativa (PISTRAK, 2018, p.52).

A autodireção na escola acaba por se transferir para os processos sociais, sendo, portanto, de utilidade teórica e prática e deve ser levada a cabo com o apoio e o interesse da comunidade e do povo pelas questões da vida escolar (KRUPSKAYA, 2017). Há de se destacar que tanto Krupskaya quanto Pistrak se opõem à interferência de um governo central na administração das unidades escolares. De fato, é *mister* que a escola para o socialismo deve buscar, para sua gestão, os princípios mais benéficos possíveis para a coletividade, envolvendo a comunidade nas suas questões estruturais e nas suas atividades e projetos. Para exemplificar essa questão, podemos recorrer ao conceito de trabalho social, de Pistrak (2018), através do qual o autor se refere às tarefas que os estudantes devem desempenhar em relação ao cuidado e valorização do ambiente público (praças, vias de circulação, jardins, monumentos naturais, patrimônio histórico).

Pelo exposto, reunidos os elementos que podem convergir nas teorias da escola unitária de Gramsci e na Escola Única do Trabalho, sustentada através de Pistrak e Krupskaya, entendemos ter dado conta de uma breve exposição sobre o que pensamos sobre a escola para o socialismo e sua necessária fundamentação teórica.

O QUE PODEMOS APRENDER? (INCONCLUSÕES)

Por oportuno cabe-nos destacar que a respeito da discussão realizada neste ensaio, não se pode simplesmente concluir, ainda mais em se tratando dessas poucas páginas. O que buscamos realizar dentro de nossos limites foi apresentar e defender aspectos de uma concepção de educação e escola sob o prisma da teoria marxista e do socialismo científico. Acreditamos que os conceitos, separados no texto apenas para fins didáticos, estão articulados e têm um papel importante a cumprir no movimento de tomada de consciência da classe trabalhadora, na disputa por hegemonia e na resignificação do trabalho, com todos estes apontados para a superação do sistema capitalista e construção da alternativa socialista. Sobre essa questão, Mézáros estabelece:

[...] o preceito ideal e o papel prático da educação no curso da transformação socialista consistem em sua intervenção efetiva e continuada no processo social em andamento por meio da atividade dos indivíduos sociais, conscientes dos desafios que têm de confrontar como indivíduos sociais, de acordo com os valores exigidos e elaborados por eles para cumprir seus desafios [...]. É desse modo que a educação socialista pode definir-se como o desenvolvimento contínuo da consciência socialista que não se separa e interage contiguamente com a transformação histórica em geral em andamento em qualquer momento (MÉSZÁROS, 2021, p. 88-89).

Tendo em vista as possibilidades que se apresentam, refletimos em nosso texto sobre algumas questões da educação e da escola para o socialismo. Sobre a primeira, entendemos que há a necessidade de atuação considerando que ela está presente em todos os âmbitos da vida dos seres sociais, sendo, portanto, palco de uma disputa que deve ser travada contra o *ethos* capitalista que a permeia. Já sobre a segunda, entendemos que as contribuições teóricas de Gramsci, e sua escola unitária, e os registros de Krupskaya e Pistrak sobre a elaboração de uma pedagogia

e de uma escola no pós-revolução russa de outubro de 1917, constituem os fundamentos indispensáveis para a construção da escola para o socialismo. Num esforço de síntese, podemos proclamar que a escola para o socialismo deve: 1) ser pública, gratuita, única e universal; 2) prezar pela formação integral e politécnica de seus estudantes, jamais restringindo-se de qualquer forma; 3) ser um instrumento de formação de intelectuais das classes subalternas, capazes de atuar na construção de uma filosofia de mundo dos trabalhadores ; 4) colocar o trabalho como seu princípio educativo fundamental, orgânico ao trabalho escolar, acabando com a visão reducionista do trabalho alienado sob a ótica capitalista; 5) estimular a autodireção dos estudantes em conjunto com a comunidade, guiando suas ações em direção a esta sob a perspectiva da coletividade.

Tais proclamações são apenas alguns apontamentos iniciais de uma discussão muito mais abrangente que requer estudos que as possam destrinchar. Com efeito, a escola para o socialismo não será sozinha a responsável pela transformação da sociedade capitalista, mas é um de seus pilares. Com base na perspectiva gramsciana, resume Dermeval Saviani:

Em sua investigação sobre o princípio educativo, [Gramsci] reafirma a convicção em relação à importância da escola para os trabalhadores como um instrumento para elaborar intelectuais de diversos níveis e também para elevar o nível cultural e intelectual das massas, atuando decisivamente no processo de reforma intelectual e moral, na luta pela hegemonia e na construção do novo bloco histórico (SAVIANI, 2013, p. 71).

A respeito dos desafios que se colocam ante a tarefa da construção da sociedade socialista, devemos considerar que o sistema capitalista utilizará de todos os seus meios para frear o avanço de qualquer perspectiva educativa e escolar dissonante e questionadora. Ainda assim, o caráter contraditório do capitalismo permite que haja resistência e se caminhe no sentido da emancipação intelectual da classe trabalhadora. Pistrak explora essa questão definindo:

Concretamente, o trabalho consiste em que a nova geração compreenda, em primeiro lugar, em que está a essência do processo de luta que se apodera da humanidade; em segundo, que lugar a classe oprimida ocupa nesta luta; em terceiro, qual lugar que deve ser ocupado por cada adolescente nesta luta; e, em quarto, saber conduzir esta luta no seu próprio espaço e, ao desembaraçar-se dela, saber ocupar seu lugar na construção do novo edifício (PISTRAK, 2018, p.41)

Ao final, não podemos concluir outra coisa senão que devemos aprender com a teoria e a experiência de noções de educação e escola qualitativamente diferentes daquelas produzidas pela sociedade capitalista burguesa. Em vista da necessidade de se aprofundar sobre os temas e sobre tudo o que foi dito até aqui, definimos um princípio geral orientador que pode figurar no horizonte daquilo que buscamos conquistar e que foi em parte tomado como epígrafe do presente ensaio:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: "De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!" (MARX, 2012, p.31-32).

REFERÊNCIAS

COMITÊ. Deliberação do Comitê Executivo Central de toda Rússia. *In*: KRUPSKAYA, K. Nadezhda. **A construção da pedagogia socialista**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Prefácio. *In*: KRUPSKAYA, K. Nadezhda. **A construção da pedagogia socialista**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GALASTRI, Leandro de Oliveira. A construção do bloco histórico: via jacobina e o "debate" com Georges Sorel nos **Cadernos do Cárcere**. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; SANTOS, Wilson da Silva (orgs.) **Gramsci no limiar do século XXI**. Campinas: Librorum Editora, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 2**: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KRUPSKAYA, K. Nadezhda. **A construção da pedagogia socialista**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KUENZER. Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto da acumulação flexível. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, p. 331-354, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas: Editora Navegando, 2011.

MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MASCARO, Alysson Leandro. Sobre os Centros Socialistas. **Blog da Boitempo**, 05 marc. 2021. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/03/05/alysson-mascaro-sobre-os-centros-socialistas/>. Acesso em 15 dez. 2022.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial. Nova Edição, ampliada, 2008.

META, Chiara. Educação. *In*: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário gramsciano 1926-1937**. São Paulo: Boitempo 2017.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Coleção Educadores. Trad. Paolo Nosella. Recife: Editora Massangana, 2010.

NOSELLA, Paolo. Controvérsias marxistas sobre a leitura e recepção de Gramsci na educação brasileira. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Livia Diana

Rocha; SANTOS, Wilson da Silva (orgs.) **Gramsci no limiar do século XXI**. Campinas: Librorum Editora, 2013.

PISTRAK, M. Moisey. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: (1930/1973)**. 40 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SAVIANI, Dermeval. Gramsci e a educação no Brasil. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; SANTOS, Wilson da Silva (orgs.) **Gramsci no limiar do século XXI**. Campinas: Librorum Editora, 2013.